



## O diálogo entre agroecologia e história e cultura afro-brasileira e indígena na formação de professores/as

*The dialogue between agroecology and afro-brazilian and indigenous history and culture in teacher training*

AGUIAR, Maria Virginia de Almeida<sup>1</sup>

<sup>1</sup> UFRPE, Núcleo de Agroecologia e Campesinato, mvirginia.aguiar@gmail.com

### Tema gerador: Educação em Agroecologia

#### Resumo

Este texto analisa os desafios da inclusão obrigatória da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na educação formal. Analisa a importância da formação de educadores do campo e da Agroecologia neste debate. Sugere alguns caminhos para a Introdução da temática no currículo da licenciatura e conclui que se deve ir além da implementação de uma disciplina no projeto pedagógico do curso.

**Palavras-chave:** Educação; Relações Étnico Raciais; Agroecologia; licenciatura;

#### Abstract

This text analyzes the challenges of the mandatory inclusion of afro-brazilian and indigenous history and culture in formal education. It analyzes the importance of training field and Agroecology educators in this debate. It suggests some ways to introduce the subject in the curriculum of the Licenciateship and concludes that one must go beyond the implementation of a single discipline in the course's pedagogical project.

**Keywords:** Education; Racial Ethnic Relations; Agroecology; Licenciateship;

#### Introdução

Em 2008, foi criada a Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio do país, sendo que o conteúdo programático a ser dedicado a essa temática deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir destes dois grupos étnicos.

Esta obrigatoriedade se transforma em um desafio para a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Historicamente, as Universidades vêm perpetuando o ideário da ciência positivista desconsiderando o caráter plural da nossa sociedade e de uma educação escolar acessível a todos e cada vez mais democrática e contextualizada com os temas atuais. Nas Ciências Agrárias, este ideário está expresso na conformação de currículos e práticas educativas voltadas para a modernização



da agricultura, o progresso técnico-científico, a eficiência produtiva e o crescimento econômico, cujo objetivo principal é formar profissionais para promover os avanços tecnológicos da agricultura industrial convencional. Percebe-se uma sobrevalorização do setor patronal e do agronegócio, e uma desconsideração da enorme diversidade socioambiental que caracteriza o campo brasileiro. Na UFRPE não é diferente (UFRPE, 2013; AGUIAR & SILVA, 2017).

Os ensinamentos de Santos (2004) sobre o “monocultura do saber” nos chamam a atenção para o fato de que a ciência moderna descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber contraditórios com o paradigma dominante. No ensino superior, diferentes mecanismos de ensino, pesquisa e extensão promovem formas de “invisibilidade” ou “não-existência” e simplesmente se nega a diversidade étnica e cultural existente no campo expressa pelas etnias indígenas, os quilombolas, e as demais expressões da agricultura de base familiar. Associado a isso, na região Nordeste, ao considerar o desaparecimento ou a não-existência dos povos tradicionais no imaginário social (SILVA [2014]; ALEGRE, 1998), se nega um papel a estes povos na sociedade e no projeto de desenvolvimento dominante, já que são vistos como atrasados e obstáculos a serem superados e; se nega os seus saberes, pois tudo o que não é legitimado pela cultura dominante é declarado inexistente e “ignorante” ou “inculto” (SANTOS, 2004).

Na contramão de sua própria história, em 2013, a UFRPE propõe uma iniciativa para colocar em prática a Lei 11.645/2008, implantando a disciplina “Educação nas Relações Étnico-raciais” como componente curricular obrigatório em todos os cursos de Licenciatura, para formação de professores no ensino superior (UFRPE/PREG, 2012). Esta iniciativa resulta do debate ocorrido nas últimas décadas em torno da inclusão do direito de todos à educação e do respeito ao pluralismo cultural em que vivemos no Brasil e no mundo (MEC/SECADI, 2006). A disciplina tem como ementa: Formação das identidades brasileiras; Educação indígena no Brasil; Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural; Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco; Multiculturalismo e Transculturalismo crítico.

Tomaremos como estudo de caso, a Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA), que já vinha desenvolvendo iniciativas questionadoras da perspectiva conservadora da UFRPE. Há mais de 40 anos, este curso vem se dedicando a formação de professores para atuar na educação profissional e há pelo menos 15 anos, este curso vem orientando-se pelos princípios da educação popular, da Agroecologia e da Educação do Campo, procurando considerar o trabalho como princípio pedagógico; a técnica e a ciência como produtoras de tecnologias agroecológicas e adaptadas as realidades



socioculturais locais, de modo crítico, ao pensar a totalidade da formação dos sujeitos do campo (UFRPE/LA, 2017). Partimos da concepção de que a proposta que vinha sendo desenvolvida na LA se coaduna com o ideário de luta pela inserção da temática étnico-racial na educação. As iniciativas de combate ao racismo e as desigualdades étnicas, o reconhecimento e valorização dos saberes, das crenças, da arte, da literatura, da poesia, dos valores, da história, das lutas da população afro-brasileira e indígena que vive no campo, estão juntas com o reconhecimento dos modos como estes grupos se relacionam com a natureza e suas diferentes práticas produtivas.

Neste texto, partimos da suposição de que a Agroecologia pode ajudar a fazer a relação entre os grupos étnicos que vivem no meio rural e a educação das relações étnico-raciais, trazendo novos elementos para a disciplina, a tornando mais contextualizada frente aos desafios do campo pernambucano.

### **Metodologia**

Este texto toma como objeto de análise as discussões que vem sendo realizadas entre professores e estudantes para a reformulação da Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) da UFRPE. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre educação em agroecologia (JACOB, 2016; SOUSA & MARTINS, 2013) e o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, além de análise documental (legislação, projeto político de curso e planos de ensino) (UFRPE, 2017). Tomou como referencial de análise alguns dos pressupostos da Agroecologia e as reflexões feitas durante o curso Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas, organizado pela Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste.

### **Descolonizando os currículos com a contribuição da Agroecologia**

Para descolonizar os currículos é necessário um diálogo entre escola, projetos de curso e a realidade social e formar professores reflexivos sobre as culturas negadas e silenciadas na escola. É necessário mexer em processos maiores e mais profundos vinculados as estruturas de poder e saber pois, há confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo, a do saber convencional e do tradicional (GOMES, 2012).

A Agroecologia, desde seus primeiros aportes, indica a necessidade de reconhecer a existência de racionalidades ecológicas entre os povos tradicionais e indígenas, expressas nas suas diferentes estratégias de produção econômica, reprodução socioambiental e organização social, que sintonizam seus meios de vida com os ecossistemas locais em que vivem e produzem (HECHT, 2002).



Sabe-se que, historicamente os povos indígenas e afro-brasileiros de Pernambuco, vivenciam grandes desafios para a permanência no campo, devido aos conflitos pelo território, água e outros bens, expropriações de toda ordem, o racismo, as diferentes formas a invisibilidade e consequente falta de direitos, muitas vezes, colocando em risco sua própria reprodução. No entanto, quando as comunidades tradicionais camponesas têm a oportunidade de atuar com margens de liberdade suficientes para reproduzir seus modos de produção e de vida, estabelecem metabolismos socioecológicos de elevada sustentabilidade e resiliência, baseando-se em um conjunto de princípios comuns ao funcionamento da natureza, tais como, diversidade, interdependência, conhecimento sobre os processos cíclicos da natureza, vínculos associativos e de cooperação (PETERSEN, 2015).

Parte-se da suposição de que nestes modos de vida, ancestralidade e memória estariam a chave para decifrar, compreender e superar a crise socioambiental da modernidade, pois essas culturas oferecem muitas experiências significativas e informações importantes para desenvolver estratégias mais adequadas à complexidade dos processos agroecológicos e socioeconômicos que satisfaçam suas necessidades específicas, mas também de outros grupos (GUZMÁN CASADO et al., 2000; TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2015). Além disso, um pressuposto na Agroecologia é partir do diálogo entre diferentes saberes para a coprodução de conhecimentos agroecológicos através da integração cooperativa de formas de conhecimento local e científico como parte de um processo de aprendizagem coletiva, superando o monopólio do saber científico convencional (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Orientados por estas discussões, a LA vem realizando sua reformulação curricular, atendendo as várias normativas vigentes para a formação de professores, entre elas, a inclusão da disciplina Educação para as Relações Étnico-raciais no currículo. No segundo semestre de 2017, a LA passa a oferecer esta disciplina considerando o multiculturalismo nos currículos, a diversidade dos sujeitos do campo pernambucano e a especificidade do mundo do trabalho ao qual está inserida, o diálogo intercultural no planejamento político-pedagógico e no tratamento teórico de questões relacionadas à formação de professores. Quando tratamos da formação de professores que atuarão no e sobre o campo é importante considerar as dimensões técnica-produtiva, do mundo do trabalho e da reprodução da vida no campo. A agricultura e outras atividades produtivas devem ser encaradas a partir do encontro, da interação e da mútua transformação do ser humano e a natureza através de estratégias de coprodução. Assim, sugerimos dois caminhos para se trabalhar o tema:



**Conhecer para dialogar** - Existem 11 povos indígenas no Sertão de Pernambuco (Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawa, Pankaiuká, Pankará, Pankararu, Pipipã, Truká, Tuxá e Xukuru), com uma população próxima a 32 mil pessoas (ISA, 2014; IBGE, 2014) e; 112 comunidades quilombolas espalhadas por todo o estado de Pernambuco (FCP, 2014). A partir de uma abordagem interdisciplinar, é preciso conhecer a história destes povos, considerando o processo de ocupação do espaço, suas diferenças socioeconômicas e culturais, as formas de se relacionar com o ambiente e de produzir. Também é importante considerar as epistemologias e os saberes destes povos indígenas. Além de valorizar a presença indígena e afro-brasileira no estado de Pernambuco, deve-se buscar formas de coprodução de novos conhecimentos orientados pelos princípios da Agroecologia, desafiando os limites vivenciados por estas comunidades na gestão dos bens naturais e sua inserção nos sistemas agroalimentares.

**A cultura alimentar como Tema gerador** – Buscar formas de resgatar e ressignificar alguns aspectos da cultura indígena e afrobrasileira, des-folclorizando certas tradições culturais e reconhecendo o seu papel na construção de racionalidades produtivas orientadas pela Agroecologia. Um Tema gerador a ser aprofundado é a cultura alimentar pernambucana e nordestina que tem uma de suas origens nas tradições dos povos indígenas e afrobrasileiros, recuperando a sua influência nos alimentos, nas origens das espécies/raças cultivadas/manejadas, nas práticas de cultivo/manejo e nas técnicas e nos utensílios de preparo e armazenamento de alimentos, nos modos do servir, do comer, dos tabus, hábitos, comportamentos, superstições e costumes alimentares. Ressaltamos o conjunto de conhecimentos associados a Floresta Atlântica e a Caatinga, que podem trazer um grande repertório de conhecimentos aos estudantes sobre a importância da cultura indígena e afrobrasileira sobre a formação da cultura pernambucana.

Além disso, propomos a integração transversal do tema nas outras disciplinas vinculadas à educação, tais como, Educação do Campo, Sociologia, Antropologia Cultural, Psicologia Comunitária, Políticas Educativas, entre outras, e através de temas como diversidade, territórios, cultura, sistemas produtivos tradicionais, presentes nas Práticas como Componentes Curriculares.

É necessário superar a sala-de-aula, a pesquisa convencional e a extensão difusionista e assistencialista para promover vivências e pesquisas diretas com as diferentes etnias através de estágios interétnicos de intervenção universitária, seminários e jornadas temáticas, projetos de extensão universitária vinculados à pesquisa participante; ações de formação de professores e; produção de Material didático através da sistematização de experiências.



## Conclusões

A inclusão da temática indígena e afro-brasileira na reformulação da LA deve acontecer através da disciplina específica e como tema transversal articulador a partir da dimensão da “descolonização do saber” e do interculturalismo, onde seja possível o reconhecimento da existência e o lugar sociocultural, econômico e ambiental que ocupa a cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros do campo, bem como das outras expressões do campesinato, superando o desconhecimento, os preconceitos, as generalizações e os equívocos associados à sua presença histórica e atual no estado de Pernambuco. É preciso “descolonizar os currículos” para que aconteçam mudanças de representações e de práticas e questionamentos dos lugares de poder estabelecidos a partir da ciência convencional. A proposta educativa deve ser anti-racista e voltada para a diversidade, trabalhando posturas e valores que eduquem cidadãos para a diversidade étnico-racial. Ao mesmo tempo, deve promover o diálogo intercultural, na perspectiva de construir novos conhecimentos agroecológicos.

A noção de Santos (2010) de “ecologia de saberes”, em consonância com o referido diálogo intercultural, deve ser considerada o caminho prático e epistemológico para os desafios apontados para a inclusão da temática das relações étnico-raciais no currículo.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, M. Virgínia de A. & SILVA, J. Nunes da. Significados de uma formação humanística na Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE: diálogos com os princípios da Educação em Agroecologia. V. 12, N. 1 (2017). Anais do II SNEA.

ALEGRE, Maria S. Porto. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. In: Ethnos. Revista Brasileira de Etnohistória. Ano II, nº2, 1998, p. 21-44.

FCP. Comunidades Quilombolas. Disponível em internet em [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=88#](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88#) em junho de 2014.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GUZMÁN CASADO, G. I., MOLINA, Manuel Gonzalez de, SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 4**

Educação em Agroecologia



HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In ALTIERI, M. Agroecologia. As bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.21-51

IBGE. Censo 2010. Terras Indígenas. Disponível em internet em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/> em junho de 2014.

ISA. Povos Indígenas do Brasil. QUADRO Geral dos Povos. Disponível em internet em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>, em junho de 2014.

JACOB, Luciana B. Agroecologia na universidade. Entre vozes e silenciamentos. Curitiba: Appris, 2016.

MEC/SECADI. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília, 2006.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. In TOLEDO, V. M. & BARRERA-BASSOLS, N. A Memória Biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p.11-16

SANTOS, Boaventura de S. & MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. 532 pp.

SILVA, Edson. Índios do Nordeste: questionando a visão pessimista de Darcy Ribeiro. [Recife, 2014]. (Material disponibilizado no Módulo 2 – Conhecendo os povos indígenas no Brasil Contemporâneo. Submódulo 2: A emergência dos povos indígenas no Nordeste, do curso de Formação de Professores na Temática das Culturas e História dos Povos Indígenas, da UFPE).

SOUSA, Romier da P. & MARTINS, Sérgio R. Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científico-acadêmica no Brasil. In GOMES, J. C. C. & ASSIS, W. S. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. P. 73-107

TOLEDO, V. M. & BARRERA-BASSOLS, N. A Memória Biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UFRPE. Síntese do Seminário - O rural e a formação universitária na UFRPE: 100 anos depois. 19 a 21 de março de 2013. Recife, 2013.

UFRPE/LA. Projeto Pedagógico de Curso – Licenciatura em Ciências Agrícolas. Recife, 2017.

UFRPE/PREG. Resolução nº 217/2012. Recife, 2012a.